



AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL EM UM AMBIENTE UNIVERSITÁRIO NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS

Ronildo Carneiro Benigno Júnior¹, Fabricia Nascimento de Oliveira²

¹Graduando do curso de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-RN, e-mail: ronildo.junior56002@alunos.ufersa.edu.br; ²Professora orientadora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-RN, Departamento de Engenharia e Ciências Ambientais – DECAM, e-mail: fabricia@ufersa.edu.br.

Resumo: Essa pesquisa teve como objetivo analisar a acessibilidade instrumental de uma universidade vista pela perspectiva do corpo discente com deficiência da instituição. O estudo foi realizado com estudantes com deficiência da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), campus Mossoró. Para a coleta de informações utilizou-se um questionário *online* e registro fotográfico dos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo escolar disponibilizados pela UFERSA. Os resultados apontam, sob a perspectiva das pessoas com deficiência, que a universidade oferece algumas medidas de acessibilidade instrumental, mas que existem melhorias a serem feitas. Os estudantes com deficiência que participaram desse estudo reconhecem os esforços da universidade em promover a inclusão, embora existam recursos disponíveis, muitos alunos não estão cientes de sua existência ou não os utilizam devido à falta de divulgação. Isso evidencia a importância de uma comunicação mais eficiente por parte da instituição, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às ferramentas necessárias para uma experiência acadêmica inclusiva. Além disso, ressalta-se a relevância de medidas adicionais para fortalecer a acessibilidade instrumental, como a promoção de políticas inclusivas e o desenvolvimento contínuo de estratégias para garantir o pleno acesso ao ensino superior. Pode-se concluir que, embora a UFERSA esteja comprometida com a inclusão, ainda há desafios a serem superados para alcançar uma verdadeira igualdade de oportunidades de ensino para todos os alunos.

Palavras-chave: Ensino superior; Equipamentos; Inclusão.

1. INTRODUÇÃO

A incorporação de todos os indivíduos em uma sociedade é extremamente necessária para que as pessoas contidas nela possam exercer sua plena cidadania. Inquestionavelmente, a acessibilidade é algo imprescindível para a vida e inclusão de muitas pessoas com deficiências permanentes ou temporárias na sociedade. Conforme Braga Júnior (2022), arbitrariamente pessoas com alguma deficiência são impedidas de realizar determinada atividade ou até mesmo de adentrar em um certo espaço, isso por possuírem alguma necessidade específica que os impedem que permaneçam ou realizem tais atividades. Mesmo que tais necessidades sejam parcialmente atendidas, as pessoas que precisam de algum auxílio ainda podem passar por um processo de exclusão, por não existir no local a garantia da acessibilidade completa, e apresentar falhas que podem acabar limitando a inclusão das pessoas com deficiência.

Para Veiga-Neto e Lopes (2011) *apud* Braga Júnior (2022) o indivíduo acaba ficando a margem da sociedade quando não existe acessibilidade completa nos ambientes, pois o mesmo vivencia processos de exclusão por não poder exercer uma acessibilidade plena, mesmo em ambientes que deveriam estar adequados. Nesse sentido, a importância da acessibilidade se torna cada vez mais indispensável, pois ela estabelece a possibilidade de viabilizar a inclusão de cidadãos encontrados em estado de vulnerabilidade social, de maneira que possam gozar de todos seus direitos e cumprirem seus deveres como membros PcD (pessoas com deficiência) ativos da sociedade.

Segundo Freitas, Fossatti e Kortmann (2017), a sigla PcD surge do termo “pessoa com deficiência” e hoje é utilizado para caracterizar pessoas que possuem alguma deficiência seja ela adquirida ao longo da vida do indivíduo ou que ele tenha nascido com ela. Hoje a sigla PcD é mais utilizada pois os termos antes usados “pessoa com necessidades especiais (PNE)” e “pessoa portadora de deficiência (PPD)” sugerem a ideia de desqualificação

das habilidades desenvolvidas por estas pessoas, transmitindo a ideia de ineficiência no ambiente de trabalho ou dando a impressão de que seja algo que elas possam apenas renunciar.

A acessibilidade desempenha um importantíssimo papel na sociedade, buscando assegurar igualdade de oportunidades para que todos possam desfrutar plenamente de suas vidas cotidianas, possibilitando a todos os gozos de serviços, lazer, oportunidades de emprego e educação, independentemente de suas limitações. Manzini (2005), dá a entender que o termo acessibilidade surge do termo acesso, justamente por trazer a sensação da possibilidade do alcance. Sendo esse acesso não só a lugares, como também às situações em que pessoas com alguma necessidade especial possam realizar.

No Brasil, existe uma frequente luta tentando garantir e afirmar direitos para pessoas com deficiência. Por consequência dessas lutas, é notório que hoje existem inúmeras leis e regulamentos que garantem uma série de direitos. Os direitos como o atendimento prioritário, o acesso a direitos básicos, inclusão, saúde, educação, moradia, inclusões tanto em ambientes físicos quanto digitais e oportunidades de emprego são garantidos por diversas leis (CAADIS, 2023).

No ambiente acadêmico, existem leis que asseguram direitos de inclusão dos estudantes com PcD, como as descritas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que determina que nas instituições de ensino, a relação com a promoção de acessibilidade é de suma relevância. A proteção do acesso à educação de qualidade e oportunidades iguais de estudos, para discentes com deficiência, é algo essencial para estabelecer uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa. A educação especial é uma modalidade de educação escolar que promove acessibilidade mediante acompanhamentos especializados, construções devidamente adequadas, além de proporcionar um conjunto de profissionais especializados visando uma educação de qualidade e inclusiva. Deste modo, o empenho social com a acessibilidade causa impactos tanto legais como sociais, mas também pode representar avanço em direção à igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. A consolidação da acessibilidade em todos os espaços e instituições é um passo crucial na construção de um sistema educacional equitativo.

Logo, esse trabalho tem como principal objetivo analisar a acessibilidade instrumental da instituição de ensino superior Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), na perspectiva de um grupo de discentes que a ela pertence e vivencia as ferramentas e instrumentos de estudos oferecidos pela instituição diariamente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Acessibilidade instrumental no ambiente universitário

As universidades são extremamente importantes para o cenário acadêmico brasileiro, já que pela visão de Wanderley (1983), uma universidade pode ser vista como um espaço dedicado à busca do conhecimento da cultura universal e de várias ciências, que têm como pilares: a pesquisa, o ensino e a extensão. Sendo que essa instituição deve se encontrar conforme as condições da realidade nacional na qual ela está inserida, já que o ambiente universitário é um espaço vital para o desenvolvimento humano e para o avanço do conhecimento, pois representa um local onde o pensamento crítico é cultivado e onde questões essenciais são feitas através da liberdade de pensamento.

Nas universidades, que são elementos de grande importância na formação e evolução dos indivíduos que as frequentam, a acessibilidade torna-se uma questão fundamental para a garantia dessas formações para todos. A universidade é onde a diversidade de indivíduos é inegável, e salvaguardar que todos possuam igualdade de acesso aos recursos educacionais é crucial. O programa incluir – acessibilidade à educação superior, é um exemplo de programa que protege a igualdade, pois o mesmo foi estabelecido justamente com o propósito de promover acessibilidade nas universidades, onde institui termos para a participação e inclusão de pessoas com deficiência (BRASIL, 2013).

A falta de estruturas e ferramentas acessíveis nas universidades são grandes desafios que provocam muitas experiências negativas nesses ambientes para estudantes e servidores com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Esses problemas causam inúmeros outros, tais como aumento da evasão escolar, perda de progresso acadêmico, exclusão, desigualdade de oportunidades e limitações de mobilidade. Consequentemente, a acessibilidade deve ser assegurada para garantir que todos os membros da comunidade acadêmica possuam oportunidades justas de aprendizado e progresso, que por muitas vezes, mesmo asseguradas pela constituição, estabelece normas e critérios para instituir acessibilidades em ambientes e situações onde existem pessoas que necessitam delas, conforme BRASIL (2000).

Com isso, percebe-se a importância de instrumentos que promovem igualdade e inclusão. Muitas vezes estudantes com deficiência sentem-se desamparados no ambiente universitário por não possuírem coisas básicas como pisos táteis, corrimão, vagas preferenciais ou até mesmo a relação de cuidado com essas coisas, podendo até existir, mas devido à falta de manutenção adequada acabam tornando-se precários e perdendo a finalidade a qual foram empregados, conforme a NBR 9050 (ABNT, 2004).

Ademais, não só a parte estrutural é importante para promover inclusão nas universidades, como a própria norma NBR 9050 (ABNT, 2004) pontua, a acessibilidade seria uma forma da promoção do poder de percepção, alcance e compreensão de determinadas situações para conseguir fazer o uso com devida segurança e independência, isso com objetos como mesa digitalizadora, quadriciclos motorizados, cadeiras de rodas, máquinas de escrever braile, lupas e através da remoção de barreiras estruturais, ambientais e da infraestrutura urbana. Essa ausência de amparo aos estudantes limita seus estudos, desenvolvimento e capacidade uma vez que a instituição não proporciona materiais e um suporte necessário, o que se conclui na necessidade da instituição desses instrumentos no uso cotidiano dos universitários que apresentam necessidades de usá-los.

2.2. Legislação sobre acessibilidade

Apesar da crescente e forte luta para consolidar os direitos de pessoas com deficiências e/ou mobilidade reduzida, é possível observar que em muitos ambientes, onde o direito a acessibilidade deve ser estabelecido, existe a ausência de estruturas e de componentes requeridos para o auxílio das necessidades dos cidadãos que utilizam esses tipos de espaços e meios, pois eles precisam dessas estruturas e materiais para tornarem suas vivências nos ambientes mais adequadas, seguras e acessíveis (BRASIL, 2000).

Quando se fala sobre acessibilidade no Brasil, é necessário frisar sobre o desfrute de direitos, garantidos por lei, que possibilitam que pessoas com deficiência possam usufruir e conviver em um ambiente ou sociedade plenamente, como apresentado na CAADIS (2023). Visto que no país existe uma parcela da população que possui algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida que impedem a participação efetiva e absoluta dos indivíduos na sociedade, existe uma necessidade de garantia para essas pessoas.

A legislação entra nesse ponto, onde ela visa garantir e implementar condutas, ações e direitos que devem ser adotados (CAADIS, 2023). Apesar de existirem inúmeras leis e decretos que têm como propósito conscientizar a sociedade sobre a responsabilidade e direito para com um PcD, a efetiva aplicação dessas medidas ainda é um obstáculo, já que a execução da legislação, por muitas vezes, se depara com diversos desafios e situações que comprometem com a sua integridade.

A primeira legislação a promover uma série de diretrizes que tinham o intuito de assegurar o pleno exercício dos indivíduos com deficiência foi a Lei de Nº 7.853 de outubro de 1989, que foi regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999. Essa lei institui a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e apresenta uma série de orientações para assegurar a realização plena dos direitos individuais e sociais dessas pessoas com deficiência. Além disso, ela busca estabelecer mecanismos e instrumentos legais e operacionais que garantam às pessoas com deficiência que seja possível promover a igualdade de oportunidades por meio do pleno exercício dos seus direitos como também a realização de um estado de satisfação no qual as pessoas com deficiência possam sentir-se bem.

Ao estabelecer um arcabouço jurídico sólido e abrangente, essa normativa criou um ambiente propício para a promoção da igualdade, da dignidade e da autonomia das pessoas com deficiência, fortalecendo os valores democráticos e humanitários da sociedade brasileira. Visando os espaços universitários, existem inúmeras questões a serem tratadas para a garantia da acessibilidade nessas instituições.

3. METODOLOGIA

O estudo ocorreu em uma instituição de ensino superior, sendo escolhido para esse estudo, os discentes com deficiência da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA. O foco do estudo foi na sede da instituição localizada em Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. Essa instituição foi estabelecida pela transformação da antes Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) na atual instituição em 29 de julho de 2005, regulada pela Lei nº 11.155 de 29 de julho de 2005 (UFERSA, 2021).

O presente estudo foi realizado mediante uma pesquisa qualitativa, quantitativa, aplicada e estudo de caso, na qual avaliou as vivências e experiências que as pessoas com deficiência estão submetidas no ambiente universitário, promovendo uma visão da perspectiva dos indivíduos para com a acessibilidade instrumental na instituição de ensino superior analisada.

A instituição de ensino superior na qual foi escolhida para ser aplicada a pesquisa sobre acessibilidade instrumental fornecida pela mesma, constava no ano de 2023, dado fornecido pelo Relatório integrado 2023 – CAADIS, com um quadro de 134 discentes com deficiência que solicitaram auxílio desse departamento. Voltado ao campus Mossoró, local de foco da pesquisa, o quadro se reduz para 57 discentes com deficiências como autismo, surdez, auditiva, visual e física. Então tínhamos uma população de 57 discentes e conseguiu-se uma amostra de 11 alunos que participaram do estudo.

Para coleta de dados, utilizou-se um questionário *online*, através de perguntas, que tinham como propósito saber a situação na qual os alunos com deficiência da Universidade Federal Rural do Semi-Árido no campus de Mossoró–RN se encontravam e quais eram suas perspectivas sobre a acessibilidade instrumental na instituição.

O questionário aplicado aos discentes conteve onze perguntas, que inicialmente, tinham a finalidade de obter informações de identificação com respostas fáceis, progredindo para a visão que os discentes possuíam em relação à acessibilidade instrumental fornecida pela instituição, catalogando desde os tipos de equipamentos que os mesmos conheciam até os que eles já utilizaram. Assim, o questionário teve as seguintes perguntas, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Perguntas utilizadas no questionário de coleta de dados

1. Qual a sua idade? (Resposta discursiva). 2. Qual o seu curso? (Resposta discursiva). 3. Em qual semestre encontra-se no momento? (Resposta discursiva). 4. Nesse semestre você encontra-se com o vínculo ativo ou trancado? (Resposta objetiva). • Ativo. • Trancado. 5. Em quantas disciplinas está matriculado (a)? (Resposta objetiva). • Entre 1 e 3 disciplinas. • Entre 4 e 6 disciplinas. • Mais que 6 disciplinas. • Encontra-se com o vínculo trancado. 6. Qual a sua deficiência? (Resposta discursiva). 7. O tipo de deficiência é um fator que influencia na sua permanência na universidade? (Resposta objetiva). • Sim, é um fator que influencia. • Não é um fator. • Talvez. 8. Na sua opinião, a universidade fornece apoio para sua permanência? Por quê? (Resposta discursiva) 9. Já usou algum equipamento que promova acessibilidade disponibilizado pela instituição? (Resposta objetiva). • Sim. • Não.	10. Quais desses equipamentos você sabe que existe na instituição para alunos com deficiência? (Resposta objetiva). • Linha Braille. • Quadriciclos motorizados. • Cadeiras de rodas. • Lupas eletrônicas e/ou manuais. • Impressora braile. • Teclados adaptados. • Mesas adaptadas. • Impressora e/ou máquinas Braille. • Pranchetas, regletes e punções. • Sorobans. • Guias de assinatura. • Fones de ouvido • Teclados colmeia e de alto-contraste. • Mouses e acionadores acessíveis. • Scanners de mesa. • Monitores <i>superwide</i>. • Aranha Mola. • Nenhum. • Outros. 11. Se já usou ou usa alguns desses equipamentos marque quais: (Resposta objetiva). • Linha Braille. • Quadriciclos motorizados. • Cadeiras de rodas. • Lupas eletrônicas e/ou manuais. • Impressora braile. • Teclados adaptados. • Mesas adaptadas. • Impressora e/ou máquinas Braille. • Pranchetas, regletes e punções. • Sorobans. • Guias de assinatura. • Fones de ouvido • Teclados colmeia e de alto-contraste. • Mouses e acionadores acessíveis. • Scanners de mesa. • Monitores <i>superwide</i>. • Aranha Mola. • Nenhum. • Outros.
--	--

Fonte: Autoria própria (2024).

A aplicação do questionário deu-se via três formas, sendo que a primeira não obteve resultados satisfatórios, o que ocorreu a necessidade de outras maneiras de coleta serem aplicadas para a obtenção das respostas dos discentes. Primeiramente, no dia 29 de janeiro de 2024, com o questionário já finalizado para iniciar a pesquisa, foi enviado um e-mail para a pedagoga da Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS) da UFERSA, para que a mesma enviasse o formulário online para os discentes

assistidos pela CAADIS, sendo eles em sua maioria discentes com algum tipo de deficiência da instituição. Esse método dependia muito que os alunos olhassem seus e-mails e por fim pudessem responder ao questionário, o que corroborou com que poucos resultados fossem obtidos. O questionário foi enviado duas vezes para os discentes pela solicitação feita à pedagoga, nos dias 29 de janeiro de 2024 e 21 de fevereiro de 2024, mas apesar das tentativas de envio, apenas três respostas foram obtidas das duas tentativas.

Em virtude disso, foi necessário utilizar outras formas de abordagem para a coleta de dados. Então, foi feito contato com os bolsistas da CAADIS pelo *WhatsApp*, por meio de um grupo a que eles pertenciam, sendo feito um apelo para os bolsistas mostrarem o questionário aos alunos que os mesmos assistiam diretamente e os discentes com deficiência assistidos conseguissem responder, porém essa alternativa também não surtiu muito efeito.

Outra maneira foi a coleta das respostas presencialmente, no qual foram necessários alguns pequenos plantões no prédio da CAADIS, refeitório universitário e biblioteca da instituição, para que os alunos com deficiência pudessem responder ao questionário. Por fim, tais maneiras de coleta resultaram em quantidades mais satisfatórias para a pesquisa, resultando em 12 respostas no questionário *online*, mas uma delas era de uma discente de outro campus, logo a mesma foi descartada, o que resultou em 11 respostas consolidadas que equivalem a 19,30% dos discentes com deficiências físicas da UFERSA do campus Mossoró.

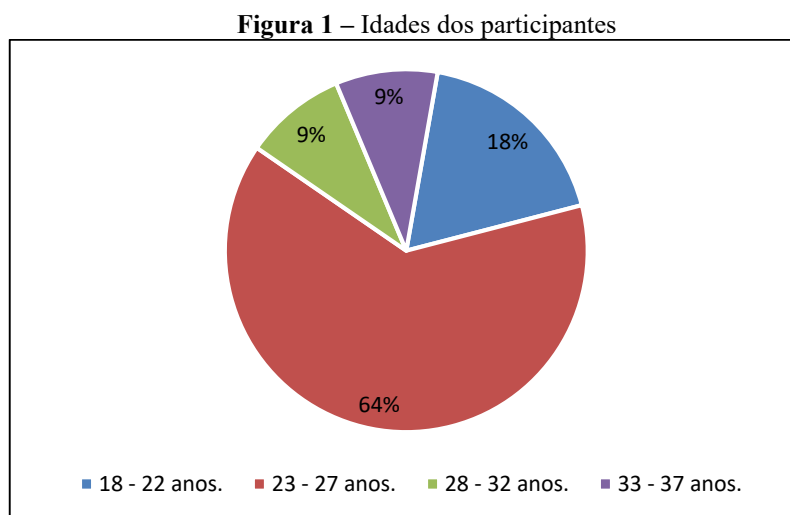
Além do questionário, também foi realizado *in loco* registros fotográficos de todos os equipamentos que estão disponíveis na instituição para promover acessibilidade instrumental dos deficientes. Não fez parte desse estudo os itens referentes a acessibilidade arquitetônica, embora tenha sido feito o registro fotográfico de alguns deles.

Posteriormente, os dados coletados foram transcritos em planilhas eletrônicas e os resultados foram expressos em gráficos para melhor representar as informações coletadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo se deu na UFERSA que é uma entidade jurídica de direito público, onde a mesma detém liberdade educacional-científica, gerencial e normativa, além de monetária, comandada pela legislação federal, regimento e as resoluções e diretrizes dos seus conselhos superiores, conforme UFERSA (2021). A UFERSA possui uma estrutura multicampi, que se estende pela região semiárida do Brasil, e esses campus se encontram nas cidades de Mossoró (sede), Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros, do estado do Rio Grande do Norte.

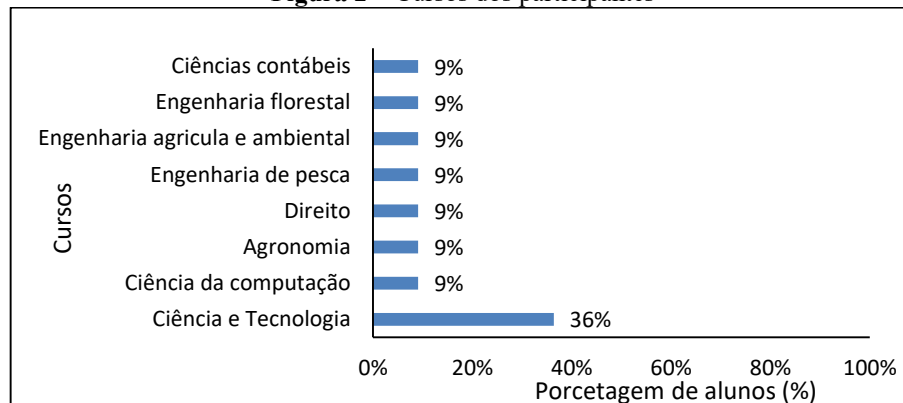
A fim de reunir dados relacionados a faixa etária dos discentes com deficiência da universidade estudada, foi-se desenvolvida uma pergunta relacionada a isso, onde obteve os resultados de acordo com a Figura 1. Mediante os resultados obtidos verifica-se que em geral existe um padrão entre as idades dos participantes, pois do total de 11 participantes, 64% têm entre vinte e três e vinte e sete anos. Sendo que o participante mais novo tinha dezoito anos e o participante com maior idade tinha trinta e três anos.



Fonte: Autoria própria (2024).

Apesar dos cursos dos participantes da pesquisa apresentarem uma grande alternância, em geral, os discentes entrevistados cursam a graduação de Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, sendo em média 36% do total da amostra. E foi encontrado um discente de cada um desses cursos: ciências contábeis, engenharia florestal, engenharia agrícola e ambiental, engenharia de pesca, direito, agronomia e ciência da computação, conforme a Figura 2.

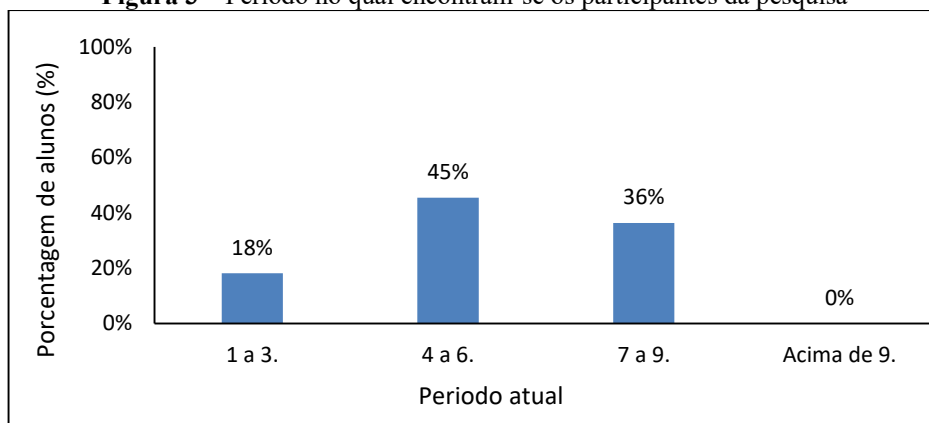
Figura 2 – Cursos dos participantes



Fonte: Autoria própria (2024).

Com a finalidade de obter a informação de qual período os participantes encontravam-se foi proposta a terceira pergunta do questionário, onde obteve-se que boa parte dos estudantes apresentaram do quarto ao nono período, sendo sua predominância entre o quarto e o sexto, equivalente a 45% da amostra e nenhum deles encontravam-se em períodos superiores ao nono período, de acordo com a Figura 3.

Figura 3 – Período no qual encontram-se os participantes da pesquisa

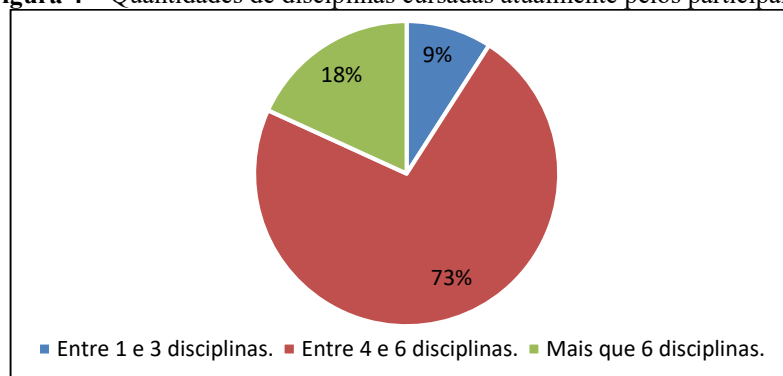


Fonte: Autoria própria (2024).

A situação dos vínculos com a UFERSA foi bem contundente, já que o questionário foi empregado no meio do período. Apesar de todos os participantes terem suas dificuldades de permanência durante o período, toda a amostra estava vinculada à instituição ativamente, tendo necessariamente matrículas em alguma disciplina, conforme a quarta pergunta do questionário propõem.

Como todos os discentes participantes desse estudo apresentaram vínculo ativo com a UFERSA, necessariamente eles precisavam estar matriculados em disciplinas. E, do total de disciplinas que eles estavam cursando, viu-se que a maior parcela, 73%, estava cursando entre quatro e seis disciplinas no período. É importante ressaltar que não foi solicitada informação se os participantes estavam cursando disciplinas de outros períodos, referente a matriz curricular dos seus devidos cursos, ou estavam cursando as disciplinas do período ao qual se encontravam, já que o propósito da pesquisa não é saber da capacidade dos participantes (Figura 4).

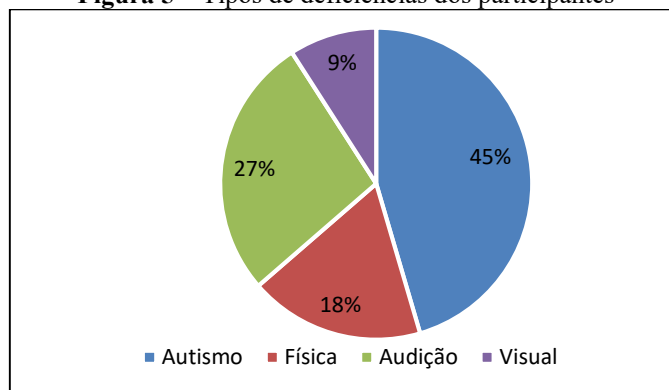
Figura 4 – Quantidades de disciplinas cursadas atualmente pelos participantes



Fonte: Autoria própria (2024).

Em seguida foi perguntado aos discentes o tipo de deficiência, onde o atual trabalho teve uma grande amostragem de participantes com autismo (45%), seguidos de deficiência auditiva (27%), física (18%) e visual (9%), conforme a Figura 5.

Figura 5 – Tipos de deficiências dos participantes

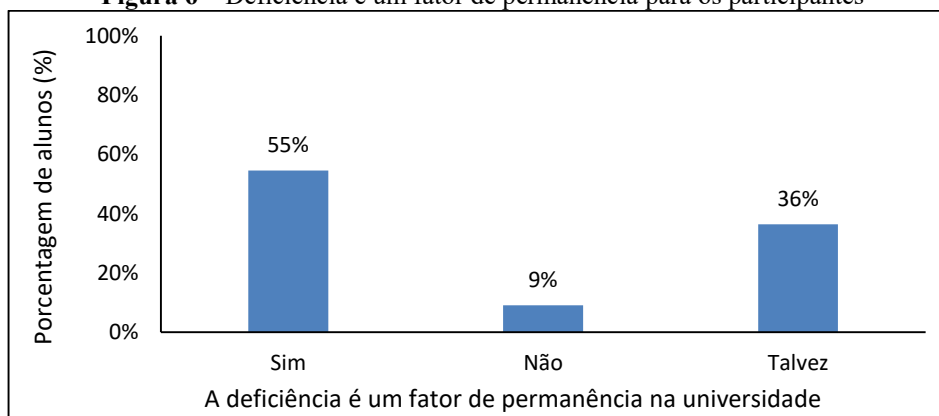


Fonte: Autoria própria (2024).

Tipos diferentes de deficiência implica em necessidades diferentes, essas que podem variar com o grau da deficiência e é fundamental que as instituições de ensino reconheçam a diversidade de necessidades dos estudantes com deficiência e implementem políticas e práticas inclusivas que abranjam a todos.

Situações vividas pelos participantes na instituição, dadas as deficiências e amparo que eles possuem devido as suas deficiências, dão a eles noções de como a deficiência pode interferir nas suas vidas e cotidiano. Pensando nisso, foi elaborado um questionamento sobre a influência que a deficiência tem na permanência dos participantes na UFERSA, e com isso obteve-se que mais da metade (55%) dos participantes informaram que são impactados pelas deficiências quanto a persistência na universidade (Figura 6).

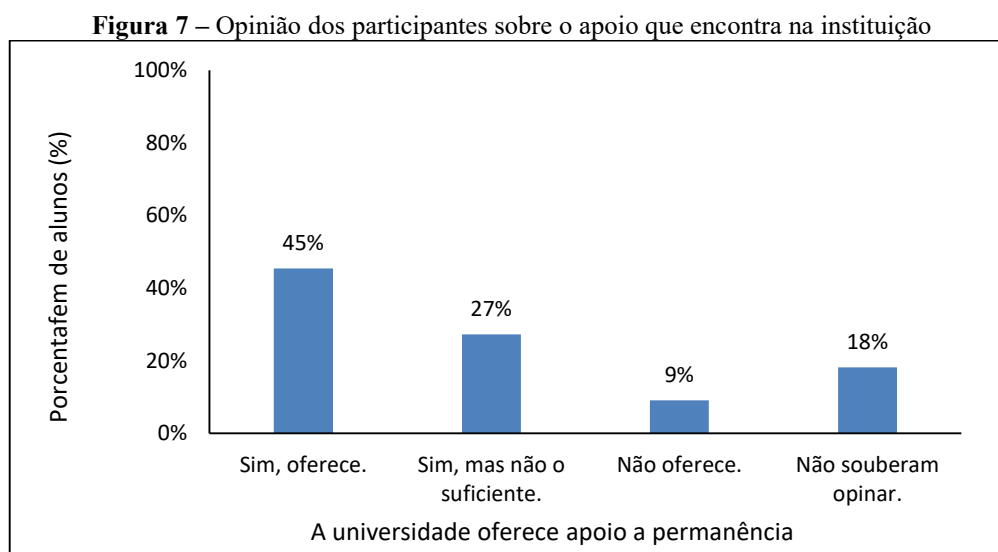
Figura 6 – Deficiência é um fator de permanência para os participantes



Fonte: Autoria própria (2024).

O trabalho feito com os participantes revela uma análise sobre a influência da deficiência na permanência na universidade. A realidade mostrada nos resultados transparece a necessidade de um olhar mais atento para as barreiras que ainda existem no ambiente universitário e para as medidas que podem ser tomadas para promover a inclusão plena dos estudantes com deficiência.

As condições que um espaço pode oferecer a um público conseguem mudar as experiências dele completamente. Sendo a universidade um local amplo e diversos, como Wanderley (1983) nos informa, muito deve ser considerado quanto à acessibilidade para pessoas com deficiências, pois todas as pessoas devem gozar dos mesmos direitos. Pensando nisso, foi proposta uma pergunta para os participantes desse trabalho de modo a verificar a opinião deles quanto ao apoio que a universidade oferece para suas permanências, demonstrando os resultados na Figura 7.



Fonte: Autoria própria (2024).

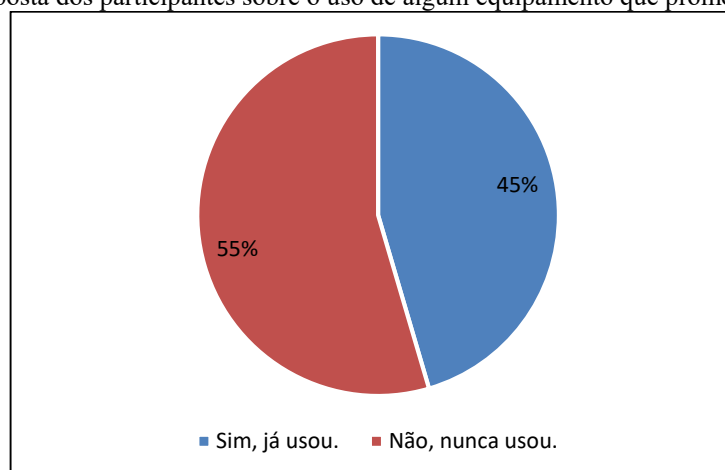
Como visto na Figura 8, 45% dos discentes participantes afirmaram que a universidade oferece o apoio suficiente para poderem continuar na instituição e outra parte afirma não ter o apoio suficiente (27%) ou não souberam informar (18%). Além disso, uma pessoa da amostra total (9%), informou que se sente insatisfeita com o apoio fornecido pela universidade, onde a mesma afirmou, na oitava pergunta do questionário, as seguintes palavras: “Até o atual momento não, pois o CAADIS só entrou em contato comigo uma vez (e o que eu relatei não foi usado para mudar minha realidade), além disso não há mais nada que a universidade fez que colaborasse com minha permanência” (Participante A, UFERSA).

A fala desse participante mostra que existem algumas necessidades nas quais a universidade não está atenta a resolver, acarretando mais dificuldades ao ponto de fazer com que os alunos com deficiência, por não receber o amparo necessário da universidade, desistam ou posterguem suas vidas acadêmicas.

No decorrer desse trabalho, é eminente tratar que a acessibilidade não deve ser promovida apenas em formas estruturais ou transitórias, ela também deve ser promovida por meio de objetos que promovam acesso ou auxiliem nas demandas solicitadas por pessoas com deficiência. Através desse pensamento, visto que a instituição deve fornecer equipamentos acessíveis, elaborou-se uma indagação a fim de saber se os discentes que precisam desses equipamentos já usaram algum deles. Conforme a Figura 9, apenas 45% dos participantes usaram algum apetrecho que propicie acesso, sendo que os outros 55%, mais da metade da amostra, nunca sequer usaram algum tipo de equipamento acessível.

Esse dado é impressionante por poder dar a entender que essas pessoas não estão cientes de que esses equipamentos existem, para o que eles servem ou até mesmo não sabem como ter acesso a eles. Uma observação deve ser levantada quanto a essa pergunta, até o nono questionamento não havia sido elaborado exemplos de equipamentos acessíveis fornecidos pela instituição, o que pode ter corroborado para que os participantes não estivessem cientes de quais seriam esses equipamentos.

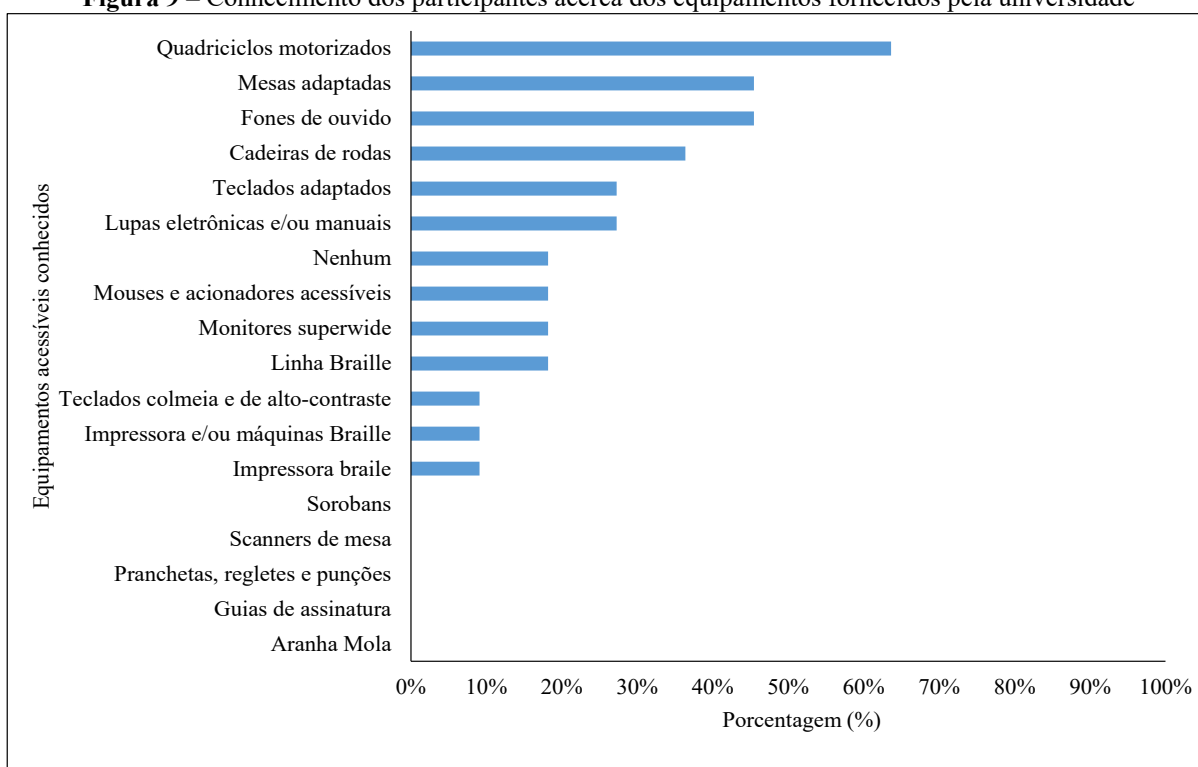
Figura 8 – Resposta dos participantes sobre o uso de algum equipamento que promova acessibilidade



Fonte: Autoria própria (2024).

O uso ou não dos equipamentos que promovam acessibilidade é uma escolha que as pessoas devem ter, mas para que essa escolha seja feita é importante que esses equipamentos sejam fornecidos e que os mesmos sejam notificados de que estão à disposição e quais funções eles devem atender. Assim, a Figura 9 mostra alguns dos equipamentos acessíveis comuns, fornecidos pela UFERSA, que os estudantes estão a par da presença deles na universidade.

Figura 9 – Conhecimento dos participantes acerca dos equipamentos fornecidos pela universidade



Fonte: Autoria própria (2024).

Segundo a Figura 9, os equipamentos mais conhecidos são os quadriciclos motorizados (64%), fones de ouvido (45%) mesas adaptadas (45%), cadeiras de rodas (36%) e teclados adaptados e lupas eletrônicas e manuais com 27%, da mesma maneira que têm outros que sequer algum dos participantes sabe que existem, como os *sorobans*, *scanner* de mesa, aranha mola, guias de assinatura, pranchetas, regletes e punções. Além disso, alguns discentes informaram que não conhecem nenhum desses equipamentos exemplificados na décima questão aplicada.

O pesquisador foi *in loco* fazer registros fotográficos de alguns desses equipamentos que estão disponíveis

na instituição, que estão apresentados na Figura 10.

Figura 10 - Equipamentos fornecidos pela UFERSA para acessibilidade instrumental



Fonte: Autoria própria (2024).

A Figura 10 possui alguns dos equipamentos disponibilizados pela instituição apresentados neste atual trabalho. Seguem quais são esses equipamentos catalogados, disponibilizados pela UFERSA, para promover a acessibilidade instrumental, onde eles podem ser encontrados na universidade e qual a finalidade desses instrumentos:

- A. Regletes, podem ser encontrados no prédio da CAADIS. Sua função é auxiliar a escrita em Braille.
- B. Quadriciclos motorizados, podem ser encontrados na biblioteca. Sua função é promover movimentação de pessoas com dificuldades de locomoção, através de um mecanismo motorizado.
- C. Cadeiras de rodas, podem ser encontradas na biblioteca. São dispositivos com a finalidade de promover movimentação de pessoas com dificuldades de locomoção, sendo movida manualmente.
- D. Lupas eletrônicas e/ou manuais, podem ser encontradas no prédio da CAADIS e na biblioteca. São dispositivos que promovem a melhor visão, ampliando a informação para uma melhor visibilidade.
- E. Impressora braille, pode ser encontrada no prédio da CAADIS. Esse instrumento imprime, rapidamente, páginas escritas em Braille.
- F. Teclados adaptados, podem ser encontrados no prédio da CAADIS e na biblioteca. São teclados que possuem alto contraste ou são construídos para pessoas com dificuldades de coordenação motora.
- G. Mesas adaptadas, podem ser encontradas na biblioteca e distribuídas no campus, atendendo às necessidades dos alunos. São instrumentos como as mesas comuns, mas são estruturalmente moldadas para pessoas que precisam que sejam rebaixadas e com abertura maior, como cadeirantes.
- H. Impressora e/ou máquinas Braille, podem ser encontradas no prédio da CAADIS. São instrumentos que, respectivamente, imprimem ou escrevem páginas escritas em Braille.
- I. Pranchetas e engrossadores, podem ser encontrados no prédio da CAADIS. Pranchetas são dispositivos que auxiliam na estruturação de folhas para melhor escrita e os engrossadores ajudam engrossando canetas, lapiseiras e similares afim de auxiliar na escrita.
- J. Sorobans, podem ser encontrados no prédio da CAADIS. Instrumento que auxilia pessoas com deficiência visual a fazerem cálculos.
- K. Guias de assinatura, pode ser encontrado no prédio da CAADIS. Dispositivo que auxilia pessoas com deficiência visual a assinarem documentos.
- L. Fones de ouvido, podem ser encontrados no prédio da CAADIS e na biblioteca. Esses instrumentos promovem o foco das ondas sonoras emitidas através deles, limitando as que estão no ambiente.

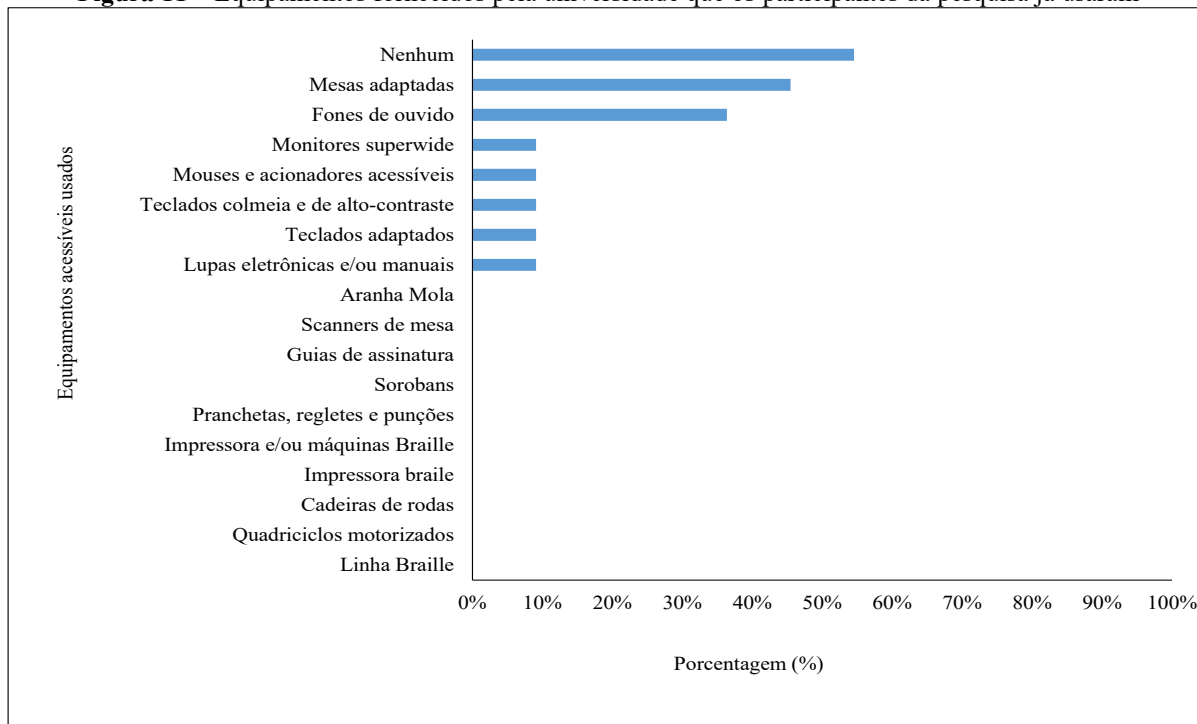
- M. Mouses e acionadores acessíveis, podem ser encontrados no prédio da CAADIS e na biblioteca. São dispositivos com a finalidade de auxiliar, pessoas com dificuldades motoras no uso de computadores, por meio de seus tamanhos e acionamento por meio do pressionamento dos mesmos.
- N. Monitores superwide, podem ser encontrados no prédio da CAADIS e na biblioteca. São equipamentos com maiores telas, que auxiliam na melhor visualização das informações contidas na tela.

O uso de equipamentos auxiliares por pessoas com deficiência pode mudar a experiência que ele poderia ter na situação que ele se encontra. A prática com equipamentos acessíveis nas vivências em espaços de uma universidade como salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, banheiros e até mesmo espaços comuns como corredores e calçadas, podem mudar a experiência que uma pessoa com deficiência pode ter, de modo que ela possa usufruir os espaços plenamente. Logo, foram catalogados alguns equipamentos fornecidos pela universidade e questionado aos participantes se os mesmos já usaram algum deles. A partir da Figura 11 observou-se que muitos participantes chegaram a usar as mesas adaptadas (45%), significando o objeto mais usado dentre os que foram expostos, seguidos pelos fones de ouvidos (36%), lupas manuais e eletrônicas (9%), monitores *superwide* (9%), *mouses* e acionadores acessíveis (9%), teclados colmeia e de alto-contraste (9%).

Contudo, muitos equipamentos apareceram que nunca foram usados como, cadeiras de rodas, linha *braille*, impressora *braille*, pranchetas, regletes, punções, *sorobans*, guias de assinatura, *scanners* de mesa e aranha mola, além de ter sido constatado que muitos ao menos usaram algum, com 55% dizendo que não usaram nenhum dos equipamentos exemplificados (Figura 11).

É importante ressaltar que deficiências diferentes exigem métodos e equipamentos diferentes, pois grande parte da amostra possuía autismo, logo não teria como constatar que existiria um grande uso de cadeiras de rodas. A exemplo dos quadriciclos motorizados, onde se constatou na Figura 10 que 64% dos participantes sabiam que existia, mas pela Figura 10 nenhum participante chegou a usar, o que pode ser visto, não necessariamente, como uma falta de informação, mas apenas que as necessidades dos discentes com deficiência não seriam atendidas pelo uso daquele equipamento em específico e sim de outros de acordo com a sua necessidade.

Figura 11 – Equipamentos fornecidos pela universidade que os participantes da pesquisa já usaram



Fonte: Autoria própria (2024).

Ademais, existem outros equipamentos que promovem acessibilidade arquitetônica que não foram incluídos na pesquisa dos discentes, mas que estão presentes na instituição, sendo eles: pisos táteis, corrimãos, mapas táteis dos ambientes da universidade, espaços para cadeirantes, banheiros acessíveis nos edifícios, elevadores em edifícios que possuem mais de um patamar. Apesar de não ter sido o foco desse estudo, alguns desses equipamentos que promovem a acessibilidade arquitetônica podem ser vistos na Figura 12, indicados pelas setas.

Figura 12 – Equipamentos de acessibilidade arquitetônica no *hall* do pavimento térreo da biblioteca



Fonte: Autoria própria (2024).

Através da Figura 12 é possível visualizar que em ambientes onde demandam grande fluxo de pessoas, existem, expostamente, equipamentos que promovem acessibilidade arquitetônica, pois em um só ambiente que dá seguimento à biblioteca existem pisos táteis, mapas táteis, corrimãos e antiderrapantes além da presença de elevador.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho emerge da necessidade da escassez que se tem sobre a compreensão da vivência cotidiana dos estudantes com deficiência da UFERSA, tendo o foco principal na acessibilidade instrumental a eles proposta no contexto universitário. Assim, na conjuntura apresentada, é notável a necessidade da visibilidade e ampliação da acessibilidade na universidade, pois, apesar dos esforços realizados, a acessibilidade proposta ainda não é equitativa, deixando lacunas que impedem a plena vivência dos estudantes.

Ressalta-se que grande parte dos discentes com deficiência do campus sede da universidade sentem-se amparados pela UFERSA, já que a mesma dispõe de ferramentas e recursos para promover a acessibilidade instrumental. A percepção da existência dessas ferramentas, mesmo que não utilizadas por todos, já demonstra o potencial para melhorar a experiência dos estudantes.

Os estudantes com deficiência da UFERSA podem enfrentar uma série de barreiras de acessibilidade instrumental no ambiente universitário, barreiras essas que afetam significativamente sua permanência no ensino superior. E é notório que existem medidas mitigadoras dessas barreiras que a universidade propõe, como os equipamentos acessíveis estudados, mas muitos dos estudantes não conhecem que ferramentas, instrumentos e utensílios de estudos são essas. Logo, vê-se uma necessidade da explanação dos equipamentos já oferecidos pela universidade, pois é fundamental que os estudantes estejam cientes dos recursos à sua disposição e de como utilizá-los de forma eficaz.

A educação acessível para estudantes com deficiência exige uma demanda de esforço conjunto de toda a comunidade universitária. Isso sendo evidenciado desde a implantação de medidas mitigadoras das barreiras da acessibilidade, como a promoção e disponibilização de instrumentos acessíveis, incentivo da comunicação inclusiva, fortalecimento do apoio pedagógico e desenvolvimentos de políticas inclusivas. Só assim será possível criar um ambiente acadêmico mais justo e equitativo, onde todos os indivíduos, independentemente de suas características, possam ter a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

A realização deste trabalho enfrentou uma série de dificuldades para obter os resultados apresentados, uma das principais dificuldades encontradas foi a disponibilidade dos discentes com deficiência da instituição para responderem ao questionário a eles proposto. Várias formas de abordagem foram necessárias para catalogar essas respostas, desde contatos por e-mail, mensagens de *WhatsApp* até presencialmente, onde o pesquisador teve que procurar os discentes na universidade para a aplicação do questionário.

Por fim, sugere-se propostas de futuros trabalhos que possam ser realizados, como estudo sobre o impacto da deficiência no desempenho do discente diretamente, analisando se os discentes encontram conforme a matriz curricular das suas graduações, tendo em vista a perspectiva dos discentes sobre a eficiência e a acessibilidade da estrutura curricular da graduação que eles estão realizando. Como também, estudo sobre equipamentos que promovem acessibilidade desconhecidos pelo corpo discente que poderia precisar deles, mostrando a mudança que esses equipamentos poderiam propiciar no desempenho curricular dos estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder. **Acessibilidade das pessoas com deficiência no ensino superior: estratégias de governo e processos de inclusão**. 2022. 110 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior/SESu e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. **Documento orientador programa incluir - acessibilidade na educação superior**. SECADI/SESu-2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 out. 2023.

FREITAS, Simone Van Der Halen; FOSSATTI, Fossatti; KORTMANN, Gilca Maria Lucena. **Inclusão de pessoas com deficiência (PCD) na educação superior: um olhar a partir das políticas de inclusão**. In: GIANEZINI, Kelly; GROSS, Jacson (Org.). Estudos contemporâneos em ciências jurídicas e sociais. Florianópolis: Dois Por Quatro; Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 79-97.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.

UFERSA. **Acesso à Informação**. 2021. Disponível em: <https://transparencia.ufersa.edu.br/>. Acesso em: 3 abr. 2024.

UFERSA. **CAADIS - Notícias | Legislação**. 2023. Disponível em: <https://caadis.ufersa.edu.br/legislacao/>. Acesso em: 15 out. 2023.

UFERSA. **CAADIS - Notícias | Relatórios**. 2024. Disponível em: <https://caadis.ufersa.edu.br/relatorios/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. In: Verve, São Paulo: Nu-Sol, n. 20, 2011.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.